

a) Dizer que as diferenças semânticas em questão concernem não à significação verdadeira, mas ao valor pragmático [302]. O que supõe uma dicotomia entre a significação de um enunciado e os atos de fala que ele permite realizar.

b) Admitir que as transformações podem modificar o sentido (é a solução para a qual tende atualmente Chomsky). Mas então a expressão “estrutura profunda” perde parte de seu conteúdo intuitivo (em que *profundo* = *semântico*).

c) Decidir introduzir no constituinte de base (regras *PS* e léxico) tudo o que tem uma implicação semântica, mesmo se não tivermos para isto nenhuma justificação de ordem sintática (é o que fazem os defensores da semântica gerativa [63]). A semântica gerativa junta-se, assim, a certas pesquisas de ANÁLISE DE CONTEÚDO, que visam a constituir uma metalinguagem semântica em que poderiam ser traduzidas todas as significações veiculadas pelas línguas: a estrutura profunda de uma frase seria pois sua tradução nessa metalinguagem.

Ao escolhermos c), somos levados, não certamente a abandonar a idéia — ligada a toda pesquisa lingüística — de que na língua, e mesmo na sintaxe, existe o mais profundo e o mais superficial, mas a relativizar essa separação, admitindo eventualmente que ela se desloca segundo as utilizações da língua e seus modos de funcionamento. Pois as fronteiras arriscam-se daí em diante a depender amplamente do ponto de vista escolhido pela pessoa que descreve. O mesmo problema surge para a análise de conteúdo. Basta constituir uma metalinguagem única, ou são necessárias diversas, cada uma das quais dedicada a um aspecto particular da significação (uma para a expressão das relações lógicas, uma outra para a expressão dos valores afetivos etc.)?

→ Sobre a passagem da sintaxe profunda à tradução semântica: I. BELLERT, “A semantic approach to grammar construction”, em *To Honor Roman Jakobson*, Haia, 1967. Sobre a análise do conteúdo, M. PÉCHEUX, *Vers l'analyse automatique du discours*, Paris, 1969.

## 12. Referência

Tendo a comunicação lingüística muitas vezes por objeto a realidade extralingüística, os locutores devem poder designar os objetos que a constituem: é a FUNÇÃO REFERENCIAL da linguagem (o/os objetos designados por uma expressão formam seu referente). Essa realidade não é todavia necessariamente a realidade, o mundo. As línguas naturais têm com efeito o poder de construir o universo ao qual elas se referem; podem pois obter um UNIVERSO DE DISCURSO imaginário. A ilha do tesouro é um objeto de referência possível tal como a estação de Lyon.

Filósofos, lingüistas e lógicos insistiram frequentemente na necessidade de distinguir o REFERENTE de um signo e seu SIGNIFICADO (ou sentido). Assim, o *Cours de linguistique générale* de F. de Saussure (1ª Parte, Cap. I, § 1) sublinha que o signo une “não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”. O significado de *cavalo* não é pois nem um cavalo nem o conjunto dos cavalos, mas o conceito “cavalo”. Especifica-se mesmo, um pouco mais adiante, que esses conceitos que constituem os signi-

ficados são “puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser aquilo que os outros não são” (*ibid.*, Cap. IV, § 2). No significado de um signo encontram-se pois, e encontram-se apenas, os traços distintivos que o caracterizam relativamente aos outros signos da língua, e não uma descrição completa dos objetos que ele designa. Assim, o significado de *cabot* (cachorro, cabotino) comportará um traço “pejorativo” (pelo qual *cabot* se opõe a *chien* (cão)), ainda que esse traço não tenha existência no próprio referente. Inversamente, muitas propriedades do referente não ocorrem no significado, pois não intervêm nas classificações inerentes à língua: assim, para tomar o exemplo aristotélico, o significado de *homem* não comporta sem dúvida a característica “sem penas”, pois a classificação natural incorporada ao francês não opõe *homem* a *pássaro* no interior de uma categoria *bípede*, mas *homem* e *besta* no interior de uma categoria *animal*.

Foi à mesma conclusão que chegaram, mas por razões diferentes, “filósofos da linguagem” como P. F. Strawson. Notam, por exemplo, que sentido e referência não podem mesmo, a rigor, ser atribuídos à mesma realidade lingüística. Quando se fala de um signo, é preciso sempre especificar com efeito se se fala de uma ocorrência particular desse signo, isto é, do acontecimento único que foi seu emprego por tal pessoa, em tal ponto do espaço e do tempo (em inglês *sign-token*), ou então do signo considerado em si mesmo, independentemente do fato de ser ou não utilizado (*sign-type*). Ora, o signo, tomado em si mesmo, não tem geralmente referente determinável. (A que se referem “eu”, “tu”, “este menino”, “Jean”, “o carro que sobe a rua”?) É apenas, salvo exceções, a ocorrência de um signo, que tem valor referencial, seu emprego por um locutor determinado em circunstâncias determinadas. Quanto ao próprio signo, só se pode reconhecer-lhe um “sentido”. O que é agora compreender o sentido de um signo? É possuir um método para determinar, em cada ocorrência desse signo, a que se refere essa ocorrência (conhecer o sentido de *Eu*, é ser capaz de saber, quando uma pessoa diz *Eu*, a quem ela se refere). Vê-se a semelhança entre essa definição do sentido como o modo de determinação

do referente e a definição saussuriana do significado, que considera este como um conjunto de traços distintivos, ou seja, finalmente, como o sistema de critérios retidos pela língua para reconhecer determinado tipo de objetos entre todos os seres da realidade.

A oposição saussuriana do significado e do referente lembra igualmente certas distinções utilizadas pelos lógicos em diferentes épocas. Desde a Idade Média, por exemplo, a escola “terminista” (Pierre d’Espagne, Albert de Saxe entre outros) distingue radicalmente duas relações possíveis entre a palavra e a realidade não-lingüística:

a) Existe uma relação de *significação* (SIGNIFICATIO) entre as palavras e as representações intelectuais (latim: *res*) que lhes correspondem: assim “branco” ou “homem” significam a idéia de brancura ou de humanidade.

b) Chama-se por outro lado *suposição* (SUPPOSITIO) a relação que une a palavra com o objeto exterior (latim: *aliquid*) que ela serve para designar. Por isso, a possibilidade de suposição pertence apenas a certas palavras, os substantivos (“Sócrates”, “homem”); com exclusão dos adjetivos e dos verbos — e isto apesar de possuírem ambos uma significação.

A analogia com Saussure aparece claramente quando certos autores especificam (cf. Pierre d’Espagne, *Traité des suppositions*, linhas 30-35) que a significação é anterior à suposição, e que não é nunca a realidade material da palavra (*vox*) que possui uma suposição, mas o termo, isto é, o conjunto constituído pela *vox* e pelo que ela significa.

Cerca de 600 anos mais tarde, o lógico alemão G. Frege estabelecerá uma distinção análoga entre o referente de um signo (BEDEUTUNG) e seu sentido (SINN). O problema inicial de Frege é o seguinte. Segundo a própria definição da identidade, se dois objetos são idênticos, tudo o que é verdadeiro sobre um é verdadeiro sobre o outro. Assim, se Molière escreveu *Les Fourberies de Scapin*, deve ser também verdade que o autor do *Misanthrope* escreveu *Les Fourberies de Scapin*. Ou então, se a estrela da manhã é menor que a terra, deve ser também verdade que a estrela vespertina é menor que a terra, pois a estrela matutina

e a vespertina constituem um único objeto, o planeta Vênus. Mas existem certos contextos (denominados “oblíquos” ou “opacos”) em que não se pode substituir “estrela vespertina” por “estrela matutina” sem modificar o valor de verdade da proposição. Assim, “Pierre sabe que Vênus é a estrela matutina” pode ser verdadeiro ao passo que “Pierre sabe que Vênus é a estrela vespertina” é falso. Para resolver esse paradoxo, Frege distingue o referente de uma expressão, a saber, o objeto que ela designa, e seu sentido, a saber, a maneira pela qual ela designa esse objeto, as informações que dá sobre ele para permitir localizá-lo. “Estrela matutina”, “estrela vespertina” e “Vênus” têm pois o mesmo referente, mas sentido diferente: pode-se então definir os CONTEXTOS OBLÍQUOS (ou, como diz o lógico norte-americano Quine, OPA-COS): são aqueles em que a substituição de dois termos de referente idêntico e de sentido diferente pode acarretar uma mudança no valor de verdade e isto porque, nesses contextos, a questão é o sentido das expressões e não o seu referente. A semelhança da oposição *sentido-referente* da oposição saussuriana *significado-referente* torna-se marcante quando se sabe que, para Frege, o conhecimento do sentido de uma expressão faz parte do conhecimento da língua (o que não é o caso para o conhecimento do referente). N.B. — A oposição *sentido-referente* não abrange a oposição *compreensão-extensão* da lógica formal. A extensão de um termo é o conjunto dos objetos que ele designa; sua compreensão, o conjunto dos traços comuns a todos esses objetos. O *sentido* fregeano ou o *significado* saussuriano conservam da compreensão apenas aqueles traços que, na *língua utilizada*, servem convencionalmente para a localização do referente.

→ Sobre a oposição do sentido e do referente, ver P. F. STRAWSON, “On Referring”, *Mind*, pp. 320-344, 1950, e G. FREGE, “Sinn und Bedeutung”, em *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 1892, pp. 25-50; a teoria medieval da suposição é apresentada, por exemplo, por P. BÖHNER, *Medieval Logic*, Manchester, Chicago, Toronto, 1952 (2ª Parte, Cap. II).

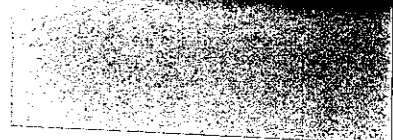
Que meios oferece uma língua para referir-se a objetos?

AS DESCRIÇÕES DEFINIDAS. Entendem-se por esse termo, desde B. Russell, as expressões que comportam um nominal (nome, nome + adjetivo, nome +

relativo, nome + complemento etc.) acompanhado por um artigo definido (“o livro, o livro que comprei...”). Pode-se, sem sequer mudar essa definição, incluir na categoria os nominais introduzidos por um possessivo, interpretando “meu livro” como “o livro que é meu”. O sentido das expressões desse gênero é legível no nominal, que dá uma descrição do referente. Note-se que o emprego de uma descrição definida é considerado como anormal se não existe objeto que satisfaça à descrição (“o atual rei de França”) ou se existem vários (num enunciado como “O trem acaba de partir”, a unicidade do objeto é assegurada por um subentendido de situação: “o trem de que você fala” ou “que temos de tomar”). Se se admite que a existência do objeto é pressuposta [249 e s.] pelo emprego de uma descrição definida, compreende-se que tais descrições servem freqüentemente para apresentar universos de discursos imaginários (cf. no início de um romance de ficção científica, “Os habitantes de Marte festejavam a partida de seu terceiro foguete terreno”).

→ O problema das descrições definidas é discutido principalmente por B. RUSSELL, “On Denoting”, *Mind*, pp. 478-493, 1905 e por P. F. STRAWSON no artigo já citado e em “Identifying Reference and Truth Values”, *Theoria*, pp. 96-118, 1965.

OS NOMES PRÓPRIOS. Os gramáticos entendem por nomes próprios os nomes que convêm apenas a um único ser (“Deus”, “Rabelais”, “Paris”...). Ao que se objeta que tais nomes são muito raros, e que há inúmeros Rabelais e inúmeros Paris. A *Grammaire de Port-Royal* responde (2ª Parte, Cap. III) que essa pluralidade de referentes, no caso dos nomes próprios, é acidental, enquanto ela é essencial para os nomes comuns. Atualmente diríamos que, se existem vários Paris, é por ambigüidade (são homônimos), enquanto que a existência de homens diferentes não prova qualquer ambigüidade da palavra “homem”. Pelo fato de ser o referente de um nome próprio normalmente único, conclui-se algumas vezes que o nome próprio é uma simples etiqueta colada sobre uma coisa, que ele tem um referente, mas não sentido, ou, como diz J. S. Mill, uma denotação, mas não conotação. Frege sustenta ao contrário que nenhuma referência é possível sem um sentido. Por essa razão ele não reconhece nenhuma diferença lógica entre os nomes próprios



gramaticais e as descrições definidas, e considera ambas como NOMES PRÓPRIOS LÓGICOS. Que sentido pode a observação lingüística reconhecer a um nome próprio gramatical? Notemos primeiramente que é anormal empregar um nome próprio se não pensamos que esse nome "diz alguma coisa" ao interlocutor, se portanto não supomos que o interlocutor tem alguns conhecimentos sobre o portador desse nome. Pode-se então considerar como o sentido de um nome próprio para uma coletividade dada um conjunto de conhecimentos relativos ao portador desse nome, conhecimentos que supostamente todo membro da coletividade deve possuir, pelo menos em parte. Por outro lado, deve-se observar uma tendência a especializar certos tipos de nomes próprios para certas espécies: "Médor" é um nome de cachorro, "Cadichon", um nome de asno etc., cf. também a distinção, em inúmeros países, entre os nomes plebeus e os aristocráticos. Em todo caso, o nome próprio incorpora pelo menos um esboço de descrição.

→ Inúmeras informações sobre o problema dos nomes próprios em A. H. GARDINER, *The Theory of Proper Names*, Londres, 1945. Os pontos de vista de Frege e de Mill são discutidos por J. S. SEARLE, *Speech Acts*, Cambridge, 1961, pp. 162-174.

OS DEMONSTRATIVOS. Quando a condição de unicidade requerida para o emprego das descrições definidas não é preenchida, recorre-se a demonstrativos. Por demonstrativos entendemos os elementos lingüísticos que acompanham um gesto de designação (trata-se muitas vezes de demonstrativos no sentido gramatical, "isto", "este", ou de artigos definidos (cf. "O cachorro!") para chamar a atenção do ouvinte sobre um cachorro que lhe mostramos). Um demonstrativo que não fosse acompanhado, além do gesto de designação, de uma descrição, explícita ou não, bastaria para realizar o ato de referência? É a opinião de Russell, que, por essa razão, considera "isto" e "aquilo" como "nomes próprios" (no sentido de Mill: eles denotam sem conotar). Essa tese é inadmissível na perspectiva de Frege. Efetivamente, notar-se-á que "isto" ou "aquilo", mesmo levando-se em conta o gesto de designação, não podem bastar para delimitar um objeto. Como saber se aquilo, que me mostram sobre a mesa, é o livro em sua totalidade, ou sua capa, ou sua cor, ou o contraste entre sua cor e a da mesa

ou a impressão particular que ele me causa neste momento. Um substantivo, eventualmente implícito, é necessário para realizar o ato de referência, pois são os substantivos que recortam o *continuum* sensível num mundo de objetos (não devendo essa palavra ser tomada no sentido de substância; o objeto ao qual me refiro pode ser esta brancura, esta impressão). Nem o demonstrativo, nem o gesto de designação são portanto em si mesmos referenciais, e "isto" ou "aquilo" devem ser interpretados como "o livro que estou te mostrando", "a cor da paredê" etc.

N.B. — O que precede conduz à justificação da oposição entre ADJETIVOS e SUBSTANTIVOS. O adjetivo não tem o poder, próprio do substantivo, de constituir objetos. Suponhamos que a sintaxe permita dizer *este grande*, sem subentender um substantivo, a expressão não bastaria para dar a conhecer, mesmo que se mostre simultaneamente um lugar do espaço em que se encontra apenas um livro, se se trata do próprio livro, qualificado de grande, ou de uma grande porção do livro, ou de seu grande interesse etc. Esta é a razão pela qual o substantivo, por oposição ao adjetivo, foi por muito tempo denominado "nome apelativo". Certamente o adjetivo pode participar da descrição de um objeto, mas essa descrição em si não pode servir à referência a não ser que comporte um substantivo.

→ Sobre o papel do substantivo na referência: P. T. GEACH, *Reference and Generality*, Cornell Univ. Press, 1963, Caps. II e III.

OS DÊITICOS. Entendem-se por esse termo expressões cujo referente só pode ser determinado em relação aos interlocutores (R. Jakobson chama-as SHIFTERS, EMBRAYEURS (embreagens)). Assim os pronomes da 1ª e da 2ª pessoa designam respectivamente a pessoa que fala e aquela a quem se fala. Existem em muitas línguas pares de expressões cujos elementos se distinguem uns dos outros apenas pelo fato de que apenas um é dêitico (o primeiro de cada par na lista que segue):

aqui (= no local em que se passa o diálogo) vs lá ontem (= véspera do dia em que falamos)  
vs na véspera  
neste momento (= no momento em que falamos) vs nesse momento

E. Benveniste mostrou que os dêiticos constituem uma irrupção do discurso no interior da língua, pois seu próprio sentido (o método a empregar para encontrar seu referente), apesar de depender da língua, só se pode definir por alusão a seu emprego.

Pode-se perguntar se um ato de referência é possível sem o emprego, explícito ou não, de dêiticos. Os demonstrativos, tais como os definimos, comportam dêiticos. É também o caso dos nomes próprios ("Dupont" = "o Dupont que você conhece"). Enfim, as descrições definidas não podem talvez satisfazer a condição de unicidade se elas não contiverem, ou dêiticos ou nomes próprios e demonstrativos.

→ Sobre os dêiticos: E. BENVENISTE, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, 1966, Cap. V; R. JAKOBSON, *Essais de linguistique générale*, Paris, 1963, Cap. IX; sobre o aspecto lógico do problema: Y. BAR-HILLEL, "Indexical Expressions", *Mind*, pp. 359-379, 1954. As relações entre os pronomes pessoais e os demonstrativos são descritas de modo sistemático, desde 1904, por K. BRUGMANN, que dá uma teoria geral da dêixis (*Die Demonstrativ-pronomina der indo-germanischen Sprachen*, Leipzig, 1904).

OS DETERMINANTES. A *Grammaire de Port-Royal* (2ª parte, Cap. X), notando que um nome comum, por si mesmo, não designa nada, e remete apenas a um conceito (diríamos que ele tem um sentido e nenhum referente), denomina de "determinantes" os elementos que devem lhe ser acrescentados para que se possa fixar-lhe uma "extensão", isto é, fazer-lhe corresponder um certo setor da realidade (fazem pois passar do sentido ao referente). Esse papel pode ser desempenhado pelo artigo definido, pelos possessivos, pelos demonstrativos, mas também pelos numerais ou pelo artigo e pelos adjetivos chamados "indefinidos" (alguns, certos, todos). Assim, estaríamos referindo, não apenas ao dizer "o amigo" ou "este amigo", mas também dizendo "um amigo", "alguns amigos", o que levanta certos problemas, pois não se percebe muito bem o que é designado por essas últimas expressões.

→ Uma teoria muito próxima da de Port-Royal encontra-se em CH. BALLY, *Linguistique générale et Linguistique française*, Berna, 1944, Cap. III. Para uma crítica dessa teoria do ponto de vista lógico: GEACH, *op. cit.*, Cap. I (Geach denomina-a "doutrina da distribuição"). Ela é criticada do ponto de vista lingüístico por O. DUCROT, "Les indéfinis et l'énonciation", *Langages*, 17, mar. 1970.

→ eu me primo vir hoje à trabalho que primo  
foi um ontem. Muito momento que  
me preocupar com estes coisas.

→ ele não pode vir me hoje à trabalho, primo  
foi também um no véspera.  
Neste momento ele trabalha que no momento em estes coisas.